

**Ventos de Santa Tereza 08 Energias Renováveis S.A.**

**Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023**

## Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis .....	1
--	---

### **Demonstrações contábeis auditadas**

Balancos Patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados .....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	9

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

Aos Acionistas e Administradores da  
**Ventos de Santa Tereza 08 Energias Renováveis S.A.**  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Ventos de Santa Tereza 08 Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Boards Standards (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2024.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC-SP-034519/O



Adilvo França Junior  
Contador CRC- 1BA021419/O

**Ventos de Santa Tereza 08 Energias Renováveis S.A.**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	<b>Notas</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b><u>ATIVO CIRCULANTE</u></b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	49	44
Contas a receber de clientes		499	-
Outros ativos	4	2.244	-
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>2.792</b>	<b>44</b>
<b><u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u></b>			
Imobilizado, líquido	5	104.672	45.588
Intangível, líquido		60	636
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>104.732</b>	<b>46.224</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>107.524</b>	<b>46.268</b>
<b><u>PASSIVO CIRCULANTE</u></b>			
Fornecedores	6	1.542	4.058
Imposto de renda e contribuição social a pagar		1	-
Outros tributos a pagar		2	121
Dividendos a pagar		50	-
Outras obrigações		17	-
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>1.612</b>	<b>4.179</b>
<b><u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u></b>			
Tributos diferidos		85	-
Outras obrigações		100	-
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>185</b>	<b>-</b>
<b><u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>			
Capital social subscrito e integralizado		76.288	42.203
Reservas de lucros		2.469	-
Prejuízos acumulados		-	(114)
Adiantamento para futuro aumento de capital		26.970	-
<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	7	<b>105.727</b>	<b>42.089</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>107.524</b>	<b>46.268</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Ventos de Santa Tereza 08 Energias Renováveis S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	<b>Notas</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Receita operacional líquida		2.733	-
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>2.733</b>	<b>-</b>
Gerais e administrativas		(12)	-
Outras receitas (despesas) operacionais		(2)	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>(14)</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>2.719</b>	<b>-</b>
Receitas financeiras		1	-
Despesas financeiras		(2)	(2)
<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>(1)</b>	<b>(2)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS</b>		<b>2.718</b>	<b>(2)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferido		(85)	-
<b>TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>(85)</b>	<b>-</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>		<b>2.633</b>	<b>(2)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Ventos de Santa Tereza 08 Energias Renováveis S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>	2.633	(2)
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS</b>	<b>2.633</b>	<b>(2)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Ventos de Santa Tereza 08 Energias Renováveis S.A.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Reservas de lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	Total do Patrimônio Líquido
			Reserva Legal	Reserva de Investimentos			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>662</b>	-	-	<b>(112)</b>	-	<b>389</b>
Prejuízo do exercício		-	-	-	(2)	-	(2)
Aumento de capital		41.541	-	-	-	-	41.541
Capital social integralizado		-	-	-	-	-	161
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>7</b>	<b>42.203</b>	-	-	<b>(114)</b>	-	<b>42.089</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.633	-	2.633
Aumento de capital		34.085	-	-	-	-	34.085
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	26.970	26.970
Constituição de reserva legal		-	124	-	(124)	-	-
Constituição de reserva de investimentos		-	-	2.345	(2.345)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(50)	-	(50)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>7</b>	<b>76.288</b>	<b>124</b>	<b>2.345</b>	-	<b>26.970</b>	<b>105.727</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## Ventos de Santa Tereza 08 Energias Renováveis S.A.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
<b>Atividades operacionais:</b>			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		2.633	(2)
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa das atividades operacionais:</b>			
Tributos e contribuições sociais diferidos		85	-
		<u>2.718</u>	<u>(2)</u>
<b>Variação de ativos e passivos operacionais</b>		<b>(5.260)</b>	<b>3.554</b>
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais</b>		<b>(2.542)</b>	<b>3.552</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	5	(58.508)	(45.234)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(58.508)</b>	<b>(45.234)</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>			
Adiantamento para futuro aumento de capital		26.970	-
Aumento de capital	7	34.085	41.541
Integralização de capital		-	161
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>		<b>61.055</b>	<b>41.702</b>
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>5</b>	<b>20</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		44	24
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>49</b>	<b>44</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ventos de Santa Tereza 08 Energias Renováveis S.A., “Companhia”, situada na Cidade de Fernando Pedroza, estado do Rio Grande do Norte, na Fazenda Velho Tomaz (Gleba 1), S/N, Zona Rural, foi constituída em 17 de abril de 2020 e tem por objeto social a geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas, predominantemente a eólica, destinada a comercialização na modalidade de produção independente de energia; e para consecução do objeto social, a implantação, administração e operação de centrais geradoras.

O parque entrou em operação comercial em fevereiro de 2024. A Companhia possui potência instalada de 39,2 MW e até o momento a ANEEL não disponibilizou a garantia física.

A Companhia é controlada diretamente pela AES Cajuína AB2 Holdings S.A. e indiretamente pela AES Brasil Energia S.A. e pela *The AES Corporation* (sediada nos Estados Unidos da América).

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – (“ANEEL”) a seguinte autorização e registro de geração, conforme Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) e portaria do Ministério de Minas e Energia (“MME”):

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME/ANEEL	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MW (i)
Santa Tereza 08	ACL	REA.9269/2020	09/10/20	08/10/55	35 anos	3	17,1	-

- (i) Conforme estabelecido pelo Ministério de Minas e Energia (MME) através da Portaria nº 416, é previsto o cálculo da garantia física através de rito ordinário anual após os 24 meses em operação comercial, contados a partir da entrada da primeira unidade, ficando à critério do gerador solicitar ou não o cálculo de forma antecipada. Embora já solicitado, até o momento ainda não foi disponibilizado a garantia física.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 27 de agosto de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

### 2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações contábeis podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – CONTINUAÇÃO**

### **2.3 Continuidade operacional**

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

### **2.3 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

### **2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

### **2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023**

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

### **2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foram avaliadas e, até o momento, não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

	2023	2022
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
Numerário disponível	49	44
<b>Subtotal</b>	<b>49</b>	<b>44</b>
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>44</b>

### 4. OUTROS ATIVOS

	2023	2022
<b>CIRCULANTE</b>		
Multas por compensação de fornecedores (i)	2.244	-
<b>Subtotal</b>	<b>2.244</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>2.244</b>	<b>-</b>

- (i) Refere-se à compensação a receber por atraso na conclusão das obras do Complexo Cajuína, que estão previstas nos contratos de construção e fornecimento de turbinas e equipamentos. Os contratos estabelecem penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo atraso.

### 5. IMOBILIZADO

A Companhia utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

## 5. IMOBILIZADO – CONTINUAÇÃO

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	2023		2022
	Custo	Saldo líquido	Saldo líquido
Imobilizado em curso (i)	104.672	104.672	45.588
<b>Total Imobilizado</b>	<b>104.672</b>	<b>104.672</b>	<b>45.588</b>

(i) O saldo de imobilizado em curso é composto, por gastos com o início da construção do Complexo Santa Tereza, principalmente relacionados com o contrato firmado para o fornecimento das turbinas eólicas, bem como com obras civis e elétricas. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

b) A movimentação do ativo imobilizado é a seguinte:

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Imobilizado em curso	45.588	59.084	104.672
<b>Total Imobilizado</b>	<b>45.588</b>	<b>59.084</b>	<b>104.672</b>

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Imobilizado em curso	354	45.234	45.588
<b>Total Imobilizado</b>	<b>354</b>	<b>45.234</b>	<b>45.588</b>

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou indicadores de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

## 6. FORNECEDORES

	2023	2022
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas (i)	26	28
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST	867	-
<b>Subtotal</b>	<b>893</b>	<b>28</b>
Materiais e Serviços	649	4.030
<b>Total</b>	<b>1.542</b>	<b>4.058</b>

(i) A Companhia possui operações com partes relacionadas decorrentes de compra de energia elétrica com AES Brasil Operações S.A.

## 7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 7.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado é de R\$76.288 (R\$42.203 em 31 de dezembro de 2022) representado por 76.288.034 (42.203.033 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2023 o quadro acionário da Companhia é composto como segue:

	2023		2022	
	Ordinárias	Ordinárias	Ordinárias	Ordinárias
	Quantidade	Quantidade %	Quantidade	Quantidade %
<b>Acionistas</b>				
AES Tucano Holding I S.A.	-	-	49.720.557	100%
AES Cajúina AB2 Holdings S.A.	109.600.578	100%	-	-
<b>Total das ações ordinárias</b>	<b>109.600.578</b>	<b>100%</b>	<b>49.720.557</b>	<b>100%</b>

### 7.2 Aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$41.541, dividido em 41.540.870 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174.

### 7.3 Reserva de lucros

#### (a) Reserva Legal

A Companhia constitui reserva de lucros por meio da destinação de 5% do lucro do exercício para reserva legal, sendo o total da reserva limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei. A reserva legal poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2023, de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia constituiu uma reserva legal de R\$124, através da transferência de 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários, após a absorção dos prejuízos acumulados.

#### (b) Reserva de Investimento

Para atender à projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Essa retenção deverá ser justificada com o orçamento de capital, a ser proposta pela Administração e aprovada pela Assembleia Geral em 31 de dezembro de 2023. A Companhia constituiu R\$2.345 em 31 de dezembro de 2023, a título de reserva de investimentos.

### 7.4 Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 2% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia distribuiu dividendos no montante de R\$50.

## 8. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

### (a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. O controle da energia elétrica é obtido a partir do momento que a Companhia transfere a energia elétrica ao cliente. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

### (b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando haja um excedente de geração, liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

	2023	2022
Mercado de curto prazo	521	-
Outras receitas (i)	2.313	-
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>2.834</b>	-
(-) PIS e COFINS	(101)	-
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>2.733</b>	-

- (i) Refere-se à compensação a receber por atraso na conclusão das obras do Complexo Cajuína, que estão previstas nos contratos de construção e fornecimento de turbinas e equipamentos. Os contratos estabelecem penalidade por achievement of substantial completion para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo atraso.

## 9. COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2023, a apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia foi realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa, diferente do que ocorreu em 2022, quando a apuração do imposto de renda e da contribuição social foi realizada com base na forma de tributação do lucro real, e a Companhia não apurou lucro tributável.

No regime de tributação pelo lucro presumido, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	2023	
	IRPJ	CSLL
<b>IR CS</b>		
Receita operacional tributável	21	21
Alíquota lucro presumido	8%	12%
Receita presumida	2	3
Base de cálculo	2	3
Alíquota:	15%	9%
<b>IRPJ e CSLL corrente</b>	-	-
<b>IRPJ e CSLL diferido</b>	(55)	(30)
<b>Total tributos</b>	<b>(55)</b>	<b>(30)</b>

## 10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

### 10.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

## 10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS – CONTINUAÇÃO

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas	2023		2022		Categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>					
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)	49	49	44	44	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	499	499	-	-	Custo amortizado
<b>Total</b>	<b>548</b>	<b>548</b>	<b>44</b>	<b>44</b>	
<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>					
Fornecedores	1.542	1.542	4.058	4.058	Custo amortizado
Dividendos a pagar	50	50	-	-	Custo amortizado
<b>Total</b>	<b>1.592</b>	<b>1.592</b>	<b>4.058</b>	<b>4.058</b>	

### 10.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

#### (a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

#### (b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

##### (b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

##### **Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo**

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências *Fitch Ratings* (Fitch), *Moody's* ou *Standard & Poor's* (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos.

## 11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS – CONTINUAÇÃO

Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$5.000.000) e até 25% (PL superior a R\$5.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$4.000.000) até 5% (PL superior ou igual a R\$5.000.000 e inferior a R\$8.000.000) de seu PL ou até 7% (PL superior ou igual a R\$ 8.000.000), considerando o total de investimentos do Grupo AES Brasil. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	49	44
Contas a receber de clientes	499	-
<b>Total</b>	<b>548</b>	<b>44</b>

### (b.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal.

Saldos em 31 de dezembro de 2023	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses
Fornecedores	1.542	-
Dividendos a pagar	-	50
<b>Total</b>	<b>1.542</b>	<b>50</b>

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o IPCA utilizados na projeção corresponde ao índice verificado na data de 31 de dezembro de 2023.

## 10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS – CONTINUAÇÃO

---

### (c) Outros riscos considerados relevantes

#### (c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Nova Energia S.A, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

#### (c.2) Risco em renováveis não-hídricas

##### ***Constrained-off* de usinas eólicas**

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas. Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por *constrained-off* que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto.

Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, nos termos da Resolução nº 927/2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização. Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a referida Resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente, tendo sido 78, 58 e 61 em 2021, 2022 e 2023, respectivamente. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

## **10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS – CONTINUAÇÃO**

---

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, referente ao período referido acima como passado. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a) Reconhecimento de restrições energéticas;
- b) Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c) Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por *constrained-off*.

Apesar da publicação do despacho, em função de correções e adaptações sistêmicas, a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), apenas em 23/12/2022, informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e para os solares. Quando o regramento final para ambas as fontes for finalizado, aprovado e implantado, poderá haver novos reprocessamentos.

## **11. EVENTOS SUBSEQUENTES**

---

### **Combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren**

Em 15 de maio de 2024, a controladora indireta AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil") comunicou ao mercado a celebração, após aprovação de seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("Auren") e a ARN Holding Energia S.A., o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, a ser realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultará na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias da AES Brasil e da Auren.

A conclusão da Operação está sujeita à obtenção das autorizações aplicáveis, incluindo a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, bem como à ratificação da celebração do Acordo pelo conselho de administração da AES Brasil.